

Brasileiro reduz as compras e atrasa pagamento das dívidas

Angela Santangelo

Além de comprar menos e mudar seus hábitos de consumo, o brasileiro está enfrentando a atual crise econômica com o atraso no pagamento de suas dívidas, sem ter condições de evitar as consequências de uma inadimplência. A elevada inflação e a rígida política do Governo para contê-la estão diminuindo a atividade industrial e provocando um forte aumento do desemprego.

— O cenário é inóspito e as perspectivas sombrias em matéria de produção e emprego — adverte o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, no último número da **Conjuntura Econômica**.

De fato, as últimas estatísticas do IBGE mostram que o ritmo de crescimento da produção da indústria de transformação, em todo o país, declinou 0,07% de janeiro a março, em relação a igual período do ano passado. A queda chegou a atingir 17,31% na indústria de automóveis, uma das maiores empregadoras da mão-de-obra.

Outra pesquisa feita pela Embramec (Mecânica Brasileira SA), subsidiária do BNDE, revelou que o ritmo de produção da indústria de bens de capital declinou no primeiro trimestre deste ano, em relação ao último de 1980. O levantamento classificou a situação da indústria entre má e razoável.

Desemprego aumenta

Quanto ao nível de emprego, as estatísticas do IBGE provaram que no mês de abril o Rio de Janeiro e São Paulo tiveram as maiores taxas de desemprego desde janeiro de 1980, atingindo 8,94% e 7,77%, respectivamente. No Rio, se o índice for calculado sobre o total da população economicamente ativa, o número de desempregados vai a 308 mil 90, total que somou 588 mil 265 pessoas em março, com o acréscimo da população subempregada, que ganha menos de um salário mínimo.

Em São Paulo, o índice calculado pelo IBGE (7,77%) significou em abril cerca de 361 mil 468 desempregados. Se acrescidos das informações da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, os dados tornam-se ainda mais preocupantes. As indústrias paulistas demitiram cerca de 130 mil trabalhadores entre novembro de 80 e abril de 81, o que significa uma queda de 6,5% no nível de emprego.

As consequências do cenário descrito como "inóspito" pela Fundação incluem a drástica redução das vendas no comércio lojista e a queda de 5 a 10% no consumo nos supermercados do Rio, onde as pessoas já revelam sensíveis mudanças em seus hábitos de consumo.

Mas elas vão mais além: as pessoas não estão tendo condições de reabilitar suas fichas negativas com o aumento da inadimplência. O número de reabilitações dos consumidores cariocas junto ao SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), através do pagamento das prestações atrasadas de seu crediário, apresentou uma redução média mensal de 13,25% nos primeiros quatro meses do ano, em relação ao mesmo período do ano passado, quando houve um crescimento médio mensal de 10,15% sobre 79.

Aluguéis atrasam

Apesar de destacar que, de um modo geral, "o carioca é um bom pagador", o presidente da Abadi (Associação Brasileira das Administradoras de Imóveis), Francisco das Chagas Machado, informa que o número de pessoas que pagam seu aluguel com atraso aumentou nos últimos dois anos. Antes, o percentual de inquilinos que pagava seu aluguel depois do dia 10 era de 5% e hoje atinge cerca de 20%, embora seja de somente 1,5% o percentual que sofre uma ação de despejo.

Segundo ele, o que preocupa é o aumento da rotatividade do aluguel e o atraso generalizado no pagamento do condomínio dos prédios. Com os elevados índices de reajuste — 72,8% fixado para o período de julho de 80 a 81 — as pessoas tem preferido desfazer contratos nos imóveis mais caros, procurando aluguéis mais baratos. Quanto ao condomínio, sua administradora, a Adalma, tem registrado um índice de atraso no pagamento de cerca de 30% dos seus 8 mil condôminos.

A inadimplência também é grande, em todo o país, no pagamento das prestações dos financiamentos para a compra de imóveis pelo Sistema Financeiro da Habitação. Seu crescimento este ano está preocupando o BNH, que diante do aumento dos índices de reajuste da prestação, vem criando uma série de facilidades para o comprador diminuir o ônus sobre sua renda mensal, especialmente aqueles que não têm reajustes salariais iguais a 100% do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Historicamente, a inadimplência do Sistema Financeiro da Habitação é sempre crescente: em 1977, significava 13,4% dos compradores; em 78, passou a 16,4%; e em 79, seu índice atingiu 20,4% do total, chegando a percentuais de até 26% na faixa de compradores que obtiveram o financiamento mais elevado (3 mil 500 UPs — Cr\$ 3 milhões 72 mil).

Para 1980, cujos dados só serão conhecidos pelo BNH em julho, está sendo estimado um índice de 24% de inadimplência (atrasos superiores a três prestações). O percentual pode parecer um crescimento normal pela tendência dos últimos anos, mas na realidade ele é muito mais preocupante, dadas as facilidades criadas pelo BNH para amenizar o encargo da prestação, principalmente com a utilização do FGTS para abater até 80% de seu pagamento mensal, a partir de 79.

Fichas negativas

As dificuldades geradas com a atual situação econômica do Brasil podem ser medidas através do movimento do SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) do Clube dos Diretores Lojistas. O movimento traduz as oscilações do poder aquisitivo dos consumidores, muito reduzido no início deste ano.

Até abril, o comportamento médio mensal do SPC, em relação ao ano anterior, revelou um crescimento de somente

5,1%, contra a média de aumento de 25,1% verificada em 80, o que revela uma menor procura das pessoas pelo crediário. No mesmo período, a remessa de novas fichas negativas ao SPC, pelo atraso de pagamentos, aumentou em média 8,2%, contra somente 3,9% em 80. Quanto às reabilitações das fichas, a queda este ano foi sintomática: houve uma redução média de 13,25%, contra o crescimento médio mensal de 10,15% de janeiro a abril do ano passado, em relação a 79.

Os dados coletados pelo SPC referem-se ao crediário junto a 500 lojas do comércio lojista, que não inclui as vendas dos supermercados, dos pequenos comerciantes e dos revendedores de automóveis. Estão também relacionadas as operações de empréstimos das financeiras que atuam no crédito direto ao consumidor.

Mas não são apenas estas instituições que consultam o SPC para a concessão de empréstimos. Como também são catalogadas as fichas negativas dos que atrasaram seu cartão de crédito, passaram cheques sem fundo ou tiveram títulos protestados em cartório — estes através do SCI (Serviço Cadastral de Informações) — o serviço é consultado para a abertura de novas contas bancárias, concessão de cheques especiais, empréstimos, negócios empresariais e pelos avalistas de pessoas físicas.

A manutenção de fichas negativas no SPC pode implicar em total falta de crédito para as pessoas, a não ser que elas recorram ao mercado paralelo, pois alguns agiotas não consultam o Serviço.

Juros elevados

A obtenção de empréstimos nas "consultorias financeiras" do mercado paralelo, como definem seus funcionários, pode até oferecer menores taxas de juros que as cobradas pelas financeiras. Nos créditos "sem burocracia", como anunciam os anúncios nos jornais, alguns exigem hipoteca de imóveis e outras apenas o aval de uma pessoa física. Nesses casos, os juros podem girar em torno de 132% ao ano, para um empréstimo de Cr\$ 500 mil, o que significa 12 prestações de Cr\$ 97 mil. Mas os pagamentos não podem atrasar, pois os juros tornam-se muito mais elevados.

Os juros são bem inferiores aos cobrados atualmente pelas financeiras, cuja taxa média oscila em torno de 170 e 180% ao ano, chegando a alcançar até 250% em alguns casos, como afirmou o presidente da ADECIF (Associação de Dirigentes de Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento), Germano de Brito Lira.

Segundo ele, a demanda por crédito está caindo para as financeiras, que procuram buscar novas formas de operações. Para o vice-presidente da financeira Fiança, Deolindo Novaes, as instituições estão com o crédito seletivo e os consumidores "comprando apenas o indispensável", quando recorrem às financeiras. Ele acredita que se a inflação não cair e as taxas de juros não forem reduzidas, as empresas não atingirão o limite fixado para a expansão do crédito este ano (50%); elas terão aumento de apenas 40% em suas operações.

E destaca que o crescimento da inadimplência no crédito pessoal, muito mais seletivo, é bem menor do que a observada no crédito direto das lojas, utilizado por uma classe salarial mais baixa. A seletividade do crédito, com o limite de expansão para o ano, também foi apontada pelo presidente da Fenaban (Federação Nacional dos Bancos), Teófilo de Azeredo Santos, como a explicação para o pagamento em dia do crédito bancário, cada vez mais destinado às empresas e aos clientes pessoas físicas muito especiais.

Vendas declinam

Além de tomarem menos dinheiro emprestado dos bancos e nas financeiras, as pessoas também diminuíram suas compras nos supermercados, como mostra o presidente da Associação dos Supermercados do Rio de Janeiro, Arthur Sendas: nos últimos 12 meses, as vendas declinaram de 5% a 10% no Rio.

Segundo ele, a adaptação do poder aquisitivo dos consumidores ao aumento dos preços está provocando um "deslocamento relativo da procura de alimentos", com redução nas compras de superfluos. Nos últimos seis meses, até mesmo os produtos não considerados superfluos, como a carne, estão sendo substituídos com a elevação dos preços. Em maio, o Grupo Pão de Açúcar revelou uma redução de 9,4% na venda de alimentos em relação ao mesmo mês do ano passado. As vendas de bens duráveis declinaram 12,5% no mesmo período.

Mas não são apenas as vendas dos supermercados que estão sendo reduzidas; o comércio lojista tem acusado os maiores índices de queda. O mês de maio registrou uma queda de 50% nas vendas de televisão a cores em todo o país, em relação a abril, quando ainda surtiam efeito as promoções dos lojistas, como a redução dos preços e a concessão do prazo de pagamento de 10 vezes sem juros, para a manutenção das vendas.

O presidente do Clube dos Diretores Lojistas, Sylvio Cunha, informa que o desemprego no comércio varejista também aumentou muito, em consequência da redução das vendas. Suas estatísticas revelam que durante os primeiros quatro meses do ano as vendas aumentaram 68,4% sobre o mesmo período passado — resultado que significa uma queda real de 23,1% nas vendas, se descontada a inflação. O crescimento negativo foi observado isoladamente em todos os meses do quadrimestre.

Algumas lojas, entretanto, conseguiram manter um resultado favorável nas vendas deste início do ano. No shopping Rio-Sul, por exemplo, o diretor comercial, Gustavo Moreira de Souza, explica que o movimento continua bom porque o shopping ainda está em fase de crescimento e, portanto, ganhando mercado junto aos consumidores.

Para o presidente da Brastel, Assis Paim Cunha, as pequenas e médias empresas comerciais têm muito mais difi-

culdades para enfrentar a atual crise econômica, o que amplia o número de falências requeridas ou de empresas vendidas. De um modo geral, ele acredita que o comércio teve uma redução de 5% em suas vendas em relação ao ano passado, mas as grandes cadeias comerciais mantiveram-se em posições vantajosas.

Para garantir as vendas, as grandes lojas decidiram reduzir sua margem de lucro e reduziram os preços dos produtos, especialmente televisores, além de facilitar mas as compras a prazo. Segundo o dirigente da Brastel, essas empresas conseguiram manter suas vendas estáveis, o que não foi possível pelas pequenas e médias.

Na sua opinião, o índice de inadimplência dos consumidores alcança hoje um nível médio entre os registrados em períodos de forte recessão econômica e de grande crescimento da atividade industrial. No primeiro caso, o índice pode atingir 2,7% e no segundo, 3,2%. Atualmente, diz ele, a taxa deve estar por volta dos 3%, o que não é um bom resultado se for levado em conta que a nova política salarial deveria manter o poder aquisitivo das pessoas.

Na verdade, se ainda não há uma recessão, os indicadores mostram que a atividade econômica está sofrendo uma rígida contenção, com sérias consequências para as empresas de menor porte. Segundo os dados da Junta Comercial do Rio de Janeiro, o número de falências decretadas de janeiro a abril último atingiu 118 empresas, com aumento de somente 2,6% sobre as 115 decretadas no mesmo período de 80.

Requerimentos

Entretanto, os requerimentos mensais para falências e concordatas das empresas, que mantinham uma média de 50 a 60 pedidos há cerca de um ano cresceram para mais de 400 atualmente. Além disso, a quantidade de títulos protestados pelos cartórios, não divulgada por eles, passou a incluir uma prática adotada até por grandes empresas. Elas pagam seus títulos somente quando cobrados judicialmente, ganhando um prazo de cerca de 60 dias com a desvalorização da moeda, sem permitir o protesto (a continuidade do processo), o que aumentaria os gastos com as custas judiciais e a correção monetária.

Hoje, a quantidade de títulos protestados sofreu uma redução, não porque as pessoas passaram a pagar suas contas, mas porque as custas judiciais foram tão elevadas, que ninguém mais se interessa em mover processos para obter o pagamento de pequenos valores. São protestados hoje cerca de 7 a 8 mil títulos por dia, mas só vale a pena continuar o processo com papéis que valem mais de Cr\$ 50 mil.

Uma prática que tem sido reduzida gradativamente nos últimos meses é a emissão de cheques sem fundo, em decorrência das drásticas punições agora aplicadas pelo Banco Central. Em dezembro de 80, foram para a compensação um total de 134 milhões de cheques, dos quais 1,5 milhão não tinham fundos, que representam 1,12% do total. Em janeiro último, esse percentual caiu para 0,85% e, em fevereiro, para 0,71%, segundo dados do Banco Central.

Só estabilidade assegura renda

— A atual política salarial significa uma garantia de renda para as pessoas somente quando há estabilidade no emprego e o índice de desemprego não cresce — destaca o professor de Economia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), João Sabóia.

Segundo ele, os dados sobre a redução do consumo e o aumento do índice de inadimplência confirmam que as pessoas estão sentindo as consequências da política escolhida pelo Governo para o controle da inflação, que tem um sentido altamente recessivo. "Os efeitos vêm em cadeia: queda da atividade econômica, aumento da rotatividade da mão-de-obra, do índice de desemprego, da inadimplência das pessoas e redução do consumo e das vendas do comércio", diz.

Consequências

O economista acredita que as consequências de uma forte recessão, atualmente, serão muito maiores que as verificadas no passado, quando a política restritiva do Governo após 1964 conteve o crescimento econômico, chegando a gerar índice zero de expansão do produto pouco tempo depois. Naquela época, com o arrocho salarial, a inadimplência foi muito elevada, embora em proporções bem diferentes das que teria hoje.

Depois da reforma financeira e da criação do crédito direto ao consumidor, em 1967, a estrutura da economia passou a ser quase que totalmente baseada nas vendas a prazo, lembra João Sabóia, cujas pesquisas revelam que é muito elevado o número de pessoas que se endividam para o consumo. Além disso, a grande massa de utilitários do crédito direto possui uma renda mensal muito baixa.

Em uma pesquisa realizada entre os compradores de uma grande cadeia de lojas do Rio, no segundo semestre do ano passado, o professor de Economia mostra que a classe que mais utiliza o crédito para a compra de eletrodomésticos possui de 2 a 3,5 salários mínimos. Esta faixa é responsável por 31% das vendas totais.

Ele questiona, entretanto, o grau de substituição nos hábitos de consumo das pessoas, já que os produtos são considerados superfluos de acordo com as condições sócio-econômicas da população e dos apelos criados pela massificação do consumo. Segundo dados do IBGE, em 1975, 77% da população carioca possuíam televisão e 75% geladeira. Em São Paulo, o percentual dos que tinham televisão era de 84% e geladeira, apenas 71%.